

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Guilherme Vedana Parizotto

RÁDIO POSTE:
UM MEIO DE COMUNICAÇÃO NA PARÓQUIA
NOSSA SENHORA DA SAÚDE DE TAPEJARA – RS

Passo Fundo

2014

Guilherme Vedana Parizotto

RÁDIO POSTE:
UM MEIO DE COMUNICAÇÃO NA PARÓQUIA
NOSSA SENHORA DA SAÚDE DE TAPEJARA - RS

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do prof. Dr. Otavio José Klein.

Passo Fundo

2014

Guilherme Vedana Parizotto

Rádio poste:

Um meio de comunicação na Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Tapejara – RS

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do prof. Dr. Otavio José Klein.

Aprovado em 10 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Otavio José Klein – UPF

Prof^ª. Dr^ª. Bibiana de Paula Friderichs - UPF

Prof^ª. Me^a. Valmíria Antônia Balbinot - UPF

Antes de chegar a este momento tão importante para a minha vida acadêmica, algumas dificuldades precisaram ser vencidas. Muitas delas relacionadas ao tempo, que avançava em uma velocidade incrível. Em questão de quatro anos, muita coisa aconteceu, tanto no âmbito profissional, quanto no pessoal. Me aproximei de várias pessoas. Me distanciei de outras tantas. Aprendi e acredito que pude ensinar. Errei, mas também acertei. Me decepcionei, mas me orgulhei. Chorei, mas logo em seguida sorri. Esbravejei como um legítimo descendente de italianos, contudo, me acalmei com a mesma intensidade que esbraveja. É, chegar até aqui não foi fácil. Vários foram os dias, as manhãs, as tardes e as noites que precisei me dedicar e me deslocar até à universidade. Diariamente, percorria 100 km entre idas e vindas. A música e a conversa com os colegas de ônibus eram a minha companhia. Companhia essa que só aumentava com o passar do tempo, afinal, em quatro anos de faculdade, eu acredito já ter ouvido centenas de músicas e conversado com outras tantas centenas de pessoas. Pessoas. Essas sim foram especiais e algumas merecem destaque, o que não significa que as outras não tenham sido importantes. Destaco aqui algumas: Minha mãe, Ivete, pela coragem e por tudo que fez por mim. Devo a ela minha vida e alguns bons trocados, que com certeza serão recompensados mais ali na frente. Agradeço a minha avó, Azelinda, que junto com minha mãe, me criou, me educou e me ajudou em tudo. Desculpe se em algum momento eu tenha sido hostil, vó. Seguindo essa lembrança, não posso me esquecer da Lenise, minha namorada. Acredito que ela tenha sido junto com minha mãe e minha vó, a base da minha vida. Te amo, Lê. Da mesma forma, não posso deixar de agradecer aos meus amigos de

Tapejara, aos amigos de Passo Fundo, e aos meus conhecidos espalhados por aí. Todos foram especiais de alguma forma, tenham certeza. Da mesma forma, quero agradecer aos professores do curso de Jornalismo da UPF, por tudo aquilo que me ensinaram, entretanto, faço aqui um agradecimento em especial para o prof. Dr. Otavio José Klein, que me orientou e contribuiu de forma exemplar para a minha formação acadêmica. Também quero registrar aqui o meu agradecimento aos padres Itamar Lavarda, Hélio Marsiglio e Ludgero Mafra, pela ajuda na coleta de informações sobre esta monografia. Agradeço a Deus, pela minha saúde e pela minha vida. Antes que eu encerre este texto, eu preciso agradecer a confiança e a ajuda da equipe da Rádio Caiobá FM, Jornal O Caiobá em Agência H. Vocês foram fundamentais para a minha carreira, afinal, foi com vocês que pude me inserir no mercado de trabalho e colocar meu conhecimento em prática. Para encerrar, agora sim, quero aqui registrar as boas conversas que tive com todo o pessoal do ônibus, em especial, no retorno para casa, contudo, não posso deixar de mencionar os conselhos, o chimarrão e as boas conversas que tive com o responsável por conduzir boa parte dos estudantes universitários de Tapejara até às universidades: Itacir Cerezoli, ou simplesmente Ita, como todos o conhecem. Teu chimarrão é bom, Ita, obrigado por compartilhar o segredo dele.

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso é uma pesquisa descritivo-analítica da rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara - RS. O primeiro passo foi uma pesquisa bibliográfica para conceituar e fundamentar o trabalho que é apresentado no estado da arte e os principais conceitos relacionados às temáticas pertinentes à pesquisa. Leituras e fichamento de textos pertinentes contemplaram as ações de produção deste estudo. A descrição e análise do objeto de estudo, que é caracterizado como sendo uma rádio poste, de acordo com as análises estudadas, foi realizada a partir de uma pesquisa de campo que consistiu em observar as emissões radiofônicas da rádio poste da Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Tapejara e consulta aos documentos, bem como a observação dos equipamentos da rádio. A observação foi realizada durante a segunda quinzena de outubro de 2014.

Palavras-chave: Jornalismo. Rádio Poste. Rádio. Rádio Comunitária. Tapejara.

Índice de figuras

Figura 1- Torre Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara (foto: Guilherme Parizotto).....	31
Figura 2 - Microfone e mesa de som (foto Guilherme Parizotto)	33
Figura 3 - DVD usado para reprodução da trilha sonora (foto Guilherme Parizotto)	33
Figura 4 - Amplificadores (foto Guilherme Parizotto)	34
Figura 5 - Corneta de som com potência de 300 watts (foto Guilherme Parizotto)	34
Figura 6 - Orientações fixadas ao lado da mesa de som (foto Guilherme Parizotto)	35
Figura 7 - Raio de abrangência (foto Google Earth)	36

Sumário

Introdução.....	09
1. Tipologias de Rádio.....	11
1.1. Rádio comunitária.....	11
1.1.1. Rádios livres comunitárias.....	12
1.1.2. Rádio poste.....	14
1.1.3. Rádio pirata.....	18
1.2. Rádio educativa.....	19
1.3. Rádio comercial.....	20
2. Igreja e Comunicação.....	21
2.1. O poder da igreja.....	21
2.2. A força midiática congregada ao clero.....	23
2.3. A Comunicação a partir do Concílio Vaticano II.....	24
2.4. A comunicação da igreja no Brasil.....	27
3. Rádio Poste na Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara.....	30
3.1. Um pouco de história.....	30
3.2. Os equipamentos.....	32
3.3. As veiculações.....	35
3.4. Dados atuais sobre a rádio poste.....	36
3.5. Funcionamento da rádio poste.....	36
3.6. As emissões.....	37
3.7. Análise.....	38
Considerações finais.....	41
Referências bibliográficas.....	42

Introdução

Este trabalho de conclusão de curso possui como objeto de estudo a rádio poste instalada no alto da torre da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara, RS. Ele tem como base uma análise das emissões radiofônicas divulgadas pela rádio poste deste templo religioso no período de 15 dias, compreendidos entre os dias 15 e 31 de outubro de 2014. Contemplam a produção deste estudo, a história e o conceito do termo rádio poste e a caracterização das emissões feitas pela forma de comunicação da igreja em questão.

O objetivo geral do trabalho é conceituar as emissões radiofônicas, divulgadas através do sistema do som instalado no alto da torre da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara – RS. Este será realizado através dos objetivos específicos que são: conceituar as emissões radiofônicas, produzidas e veiculadas pela rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara, no período de 15 de outubro a 31 de outubro de 2014, conceituar a definição e história do “rádio poste”; caracterizar as emissões da rádio poste da paróquia de Tapejara – RS.

Esta monografia, que fundamenta o estado da arte através de pesquisas bibliográficas e em documentos eletrônicos e que utiliza documentos da própria igreja para descrever a história, o funcionamento da rádio poste e as emissões veiculadas no período proposto, ainda aprimorara o conhecimento com relação à comunicação comunitária e a rádio poste e sua ligação com a problemática que está sendo apresentada. A problemática também pode ser considerada de extrema importância para a sociedade em que ela está inserida, afinal, existe um forte apelo histórico com relação ao fato de uma entidade religiosa divulgar mensagens pela torre de sua igreja. Além disso, a escolha deste objeto de estudo se justifica pelo fato de poder descrever, de forma sintática, a história e a importância da igreja católica e sua comunicação com a comunidade local. Por isso, esta análise divide-se em três capítulos: o primeiro, sobre as Tipologias de rádio, o segundo, que aborda a Igreja e a comunicação e o terceiro, que descreve a rádio poste na Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara, RS.

No primeiro capítulo, estão definidos, através de conceitos descritos por Cicilia Peruzzo, Rachel Neuberger, Arlindo Machado, Lidiane Büttner, Paulo Ricardo dos Santos, Anabel Cavalcante, Hércio Medeiros, Caio Magri e Marcelo Masagão, os termos Rádio Comunitária, Rádio Comercial e Rádio Educativa e suas subdivisões, em que se compreendem os termos rádios livres comunitárias, rádio poste, objeto deste estudo, e rádio pirata.

No segundo capítulo, Carla Valéria da Costa Feitosa, Helena Corazza, Natália Maccari, Maria Cristina Gobbi, Paulo Vítor Giraldo Pires e Joana Puntel abordam a comunicação social dentro da igreja católica e as mudanças que ocorreram dentro da instituição após o Concílio Vaticano II, que debateu entre diversos assuntos, uma nova abordagem sobre a relação entre a igreja católica e a comunicação social no mundo. Este evento, realizado em Roma, na Itália, na década de 1960, a Igreja Católica Apostólica Romana passou para uma nova era com relação as suas formas de se comunicar com seus fieis.

No terceiro e último capítulo, a história da rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde será contada. Neste espaço, estão descritos e ilustrados os equipamentos que integram esta forma de comunicação, bem como a análise que aponta que no período escolhido, a rádio poste funcionou apenas para anunciar o falecimento de cinco pessoas dentro do período em questão escolhido.

1. Tipologias de Rádio

Este capítulo inicial apresenta diferentes tipologias de rádio visando apresentar a tipologia do rádio poste, objeto deste estudo.

Conforme dados do Ministério das Comunicações, três gêneros de rádios estão autorizados pelo Governo Federal no Brasil: comerciais, cuja proposta de trabalho gira em torno do lucro, as educativas, que fomentam a cultura e as comunitárias, que são levadas ao ar graças ao trabalho da comunidade em que ela está inserida, como forma de disseminar os principais assuntos e anseios daquela população. Contudo, existem ainda outras subdivisões que estão devidamente atreladas a estes termos e que possuem forte ligação com a história, disseminação e produção do rádio e seus conteúdos no meio social.

1.1. Rádio comunitária

As rádios comunitárias legalmente constituídas podem ser definidas por Peruzzo (2014b, p.2) como sendo aquelas emissoras dirigidas por um grupo comunitário com o objetivo de propagar conteúdos radiofônicos para uma pequena parcela de uma localidade. As emissoras de caráter comunitário realizam suas transmissões através de frequência modulada (FM) de baixa potência. A regulamentação destas emissoras está atrelada a lei 9.612/1998, regulamentada pelo decreto 2.615/1998, que garante o funcionamento destas organizações apenas em nome de associações ou fundações comunitárias. “A mesma lei exige que organizações locais sem interesse lucrativo, no mínimo cinco, e que estejam em dia com seus registros jurídicos, se unam numa única associação com a finalidade de gerir o canal de comunicação”.

1.1.1. Rádios livres comunitárias

Dentro do termo Rádio Comunitária outra denominação bastante comum costuma fazer parte da linguagem do rádio enquanto meio de comunicação: as rádios livres. Todavia, a difusão desta terminologia não costuma fazer parte do cotidiano de uma maioria, mesmo que ele exista há mais de 40 anos. Conforme Peruzzo (2014a, p.3), as primeiras rádios livres no Brasil surgiram na década de 1970 como forma de se produzir conteúdo alternativo àquele que já faz parte da vida da comunidade.

Segundo ela, “rádio livre é aquela que entra no ar sem permissão legal, ou seja, ocupa certa frequência do dial mesmo sem possuir (e nem mesmo pedir) a concessão de canal por órgãos governamentais competentes”. Para ela, esta época era caracterizada pela predominância massiva de pessoas ou grupos que possuíam algum meio de comunicação concedidos de maneira unilateral pelo Governo Federal. Esta nova forma de se criar conteúdo feito pela comunidade começou a se disseminar entre os jovens de uma forma astronômica, porém,

a primeira experiência foi a da Rádio Paranóica, de Vitória (ES), em outubro de 1970. Seus idealizadores eram dois irmãos, na época com quinze e dezesseis anos de idade. O mais novo foi preso tido como subversivo, coisa que ele desconhecia o que significava. Seu interesse era apenas fazer rádio. Ela surgiu com o slogan “Paranóica”, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional.” Apesar de ter sofrido intervenção, voltou a funcionar em 1983 e continua no ar, com nome de Rádio Sempre Livre. (PERUZZO, 1998, p. 243).

Ainda sobre o assunto, Cícília Peruzzo (1998, p. 244) destaca a formação de grupos de jovens com ideias de praticar os trabalhos radiofônicos como uma forma de alternativa aos padrões impostos pelas rádios legais. Com isso, segundo ela, “os jovens saíram da mesmice” para adentrar em um mundo que os permitisse a prática da comunicação em grande massa.

Da mesma forma que os jovens, outros grupos com maior expressão no cenário nacional, como os sindicalistas, também utilizaram dos meios de radiofonia livre para se comunicar. Seguindo esta linha, os bancários, em 1985, colocaram no ar a rádio Teresa, com apenas 120 watts de potência (PERUZZO, 2014c. p.4).

Segundo Cícília Peruzzo (1998), este gênero radiofônico possui um papel marcante na história justamente por marcar a tentativa da população em conquistar sua liberdade de expressão e protestar contra a manipulação da informação, ou seja:

elas contribuem para o debate sobre a estrutura antidemocrática dos meios de comunicação de massa no Brasil, que também teria lugar na Assembleia Nacional Constituinte, mas nunca veio a empolgar amplos setores representativos da sociedade, nem conseguiu grandes avanços no texto da nova Lei Magna promulgada em 1988. Esta apenas estatuiu que a concessão de canais deveria ter a aprovação do Congresso e a criação do Conselho Nacional de Comunicação. (PERUZZO, 1998, p. 245).

Atualmente, a propagação da radiofonia comunitária se dá em virtude da mobilização da população em prol da regulamentação do sistema radiodifusor de baixa potência em 1995, quando, após, uma reunião com diversos representantes de rádios livres em todo país, o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, reconheceu, diante dos presentes, a existência deste tipo de comunicação. Na oportunidade, ele assumiu o compromisso de regulamentar o funcionamento destas rádios livres em todo o território nacional (PERUZZO, 2014c, p. 5).

Com relação ao fenômeno das rádios livres no mundo, Brecht (citado por MACHADO et al. 1987, p. 26) destaca que o modelo como sendo “um sistema democrático que pudesse converter o rádio de um simples aparato de distribuição de informações num amplo sistema de comunicação”, que modificaria o meio radiofônico como sendo um transmissor de *feed back*.

Com isso o sistema que transmitia as informações passaria a atuar não somente num modelo de comunicação focado de maneira monológica, mas sim, em uma alternativa capaz de fazer com que emissão e recepção de mensagens se convertessem num campo amplo de comunicação. Sendo assim, todos que estivessem envolvidos no processo de comunicação poderiam ter vez e voz (BRECHT citado por MACHADO et al, 1987, p. 26).

Seguindo esta linha de pensamento, Brecht (1987, p. 27) analisa que o sistema de radiofonia livre é uma forma que poderia contribuir para a democracia e, neste caso, ele exemplifica a ação, se fosse executada no parlamento alemão, conhecido também por *Reichstag*:

os tribunais, os sindicatos e todos os demais centros de decisão da vida pública deveriam estar interligados com a comunidade através da rede radiofônica, cuja reversibilidade permitiria a cada cidadão interferir de forma direta e imediata nas decisões grandes ou pequenas. Tal seria o esquema de uma sociedade construída estruturalmente em torno da possibilidade de diálogo e na qual as pessoas finalmente poderiam se falar de forma recíproca, ativa e produtiva (BRECHT citado por MACHADO et al, 1987, p. 27).

Da mesma forma, Enzenberger (citado por MACHADO et al. 1987, p. 27) avalia que de um ponto de vista técnico a diferença entre um transmissor e um receptor é inexistente.

“Qualquer rádio receptor transistorizado pode, pela própria natureza de sua tecnologia, atuar sobre outros rádios receptores, sendo, portanto um emissor em potencial. Se tal possibilidade não se realiza tecnicamente, isso se dá por interesses políticos evidentes”. Isso ocorre, segundo ele, em virtude de que os grandes centros que detém o poder ficam impossibilitados de recusar a ideia de dividir socialmente o trabalho que resulta numa conformidade entre produtores e consumidores. Com isso, pode se destacar que o rádio e televisão não podem ser considerados como sendo veículos de comunicação, afinal, não exercem nenhuma interação entre transmissor e receptor (ENZENBERGER citado por MACHADO et al. 1987, p. 27).

1.1.2. Rádio poste

Em geral, o termo rádio poste, no Brasil, ainda não é muito conhecido ou até mesmo disseminado. A explicação para tal constatação está no fato de que faltam dados que possam descrever o início de suas atividades para que possam ser explicados, conseqüentemente, seu funcionamento e a sua relevância no meio social. Desta forma, então, costuma-se associar uma rádio poste a alguma localidade pequena do interior. Geralmente este gênero radiofônico costuma estar inserido em áreas de grande circulação de pessoas, como mercados ou praças. (NEUBERGER, 2012, p.117).

O rádio poste é mais outro exemplo de subdivisão das Rádios Comunitárias e possui semelhanças com a rádio livre. Segundo Peruzzo (2014a. p.2) as rádios postes podem ser classificadas como sendo um sistema de som popular e que propagam mensagens em alto-falantes instalados em postes ou torres de igrejas, próximos a uma grande concentração ou circulação de pessoas.

Da mesma maneira, o surgimento das rádios livres no Brasil está atrelado aos conhecimentos relacionados à prática de se comunicar através das rádios populares, conhecidas popularmente como rádio poste, que teve o seu ápice reconhecido na década de 1980. Este segmento continua sendo a forma mais eficaz para que a comunidade ou até mesmo organizações ligadas a ela, transmitam suas mensagens. É importante destacar ainda que, mesmo com sua propagação maior nos anos 80, o uso do rádio poste já foi registrado antes mesmo do início da ditadura militar, nos anos 60. Nestes casos, as transmissões eram feitas em localidades do interior do país, mais precisamente em prefeituras, templos

religiosos, estabelecimentos comerciais (PERUZZO, 2014c, p. 5-6). Sobre o assunto, a autora descreve a existência de quatro sistemas de produção de informação que utilizam o rádio poste. O primeiro é percebido nos anos 90, quando

eles continuam existindo e com conotações diferenciadas. Existe um modelo em que o serviço de som funciona como um produto da comunidade. As organizações comunitárias o administram voluntária e coletivamente. Desenvolve uma programação voltada para a conscientização e mobilização, informa, oferece entretenimento e presta serviço de utilidade pública. (PERUZZO, 2014c, p. 6).

O segundo modelo cultiva a identidade e a sua importância social, entretanto, é coordenado por um pequeno grupo empenhado com em satisfazer da melhor forma possível a sua comunidade. Em muitos casos, os dirigentes deste sistema costumam estar ligados ao rádio por conta de seu apreço pelo meio e pela vontade de bem servir à comunidade. O terceiro e o quarto modelo, de acordo com Peruzzo (2014c, p.6) costumam se assemelhar aos modelos anteriores, porém, um, objetiva o prestígio, a partir de interesses particulares e outro visa o lucro, através da produção de anúncios.

O rádio hoje pode estar presente em localidades bastante longínquas. Isso ocorre graças à propagação das ondas de rádio pelo ar ou da frequência potencialidade para determinada região. Com isso, o rádio acabou ganhando forma e podendo ser até conceituado, entretanto, segundo Neuberger (2014, p. 1), um novo conceito para rádio, ou transmissão de informações existe, porém, “este tipo de serviço de linha modulada não é considerado rádio sob a perspectiva de regulação governamental, uma vez que não se utiliza de frequências sonoras”.

Para Balsebre, (citado por NEUBERGER, 2014, p. 2) é um meio de comunicação, difusão e expressão que tem duas metas importantes: a reconstituição e a recriação do mundo real e a criação de um mundo imaginário e fantástico, ‘produtor de sonhos para espectadores, perfeitamente despertos’. E um veículo capaz de criar uma nova poesia: a poesia do espaço.

Entretanto,

o rádio está inteiramente ligado ao serviço de radiodifusão, que é a transmissão de ondas de radiofrequência moduladas propagadas eletromagneticamente através do espaço. Para o Ministério das Comunicações, serviços de radiodifusão correspondem àqueles que são estabelecidos por lei própria (...) e que “promovem a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral, o que é modernamente denominado comunicação eletrônica” (NEUBERGER, 2012, p. 16).

Além disso, é importante deixar claro que em vários momentos, uma rádio poste possui papel de rádio propriamente dita justamente por estar inserida em uma comunidade que contribui para o seu funcionamento (NEUBERGER, 2014, p. 3).

Contudo, Cavalcante e Medeiros (2009) explicam que,

em cidades do interior, em zonas rurais ou nas periferias das grandes cidades funcionam estas 'emissoras' que propagam notícias, música e publicidade por meio de fios e cabos ligados a alto-falantes ou cornetas espalhadas pelas ruas, principalmente nas praças e feiras. Muitos desses sistemas de som se auto intitulam 'rádios comunitárias'. Essa forma de fazer rádio não é nova. Muitas experiências surgiram na segunda metade do século passado. (CAVALCANTE & MEDEIROS, 2009, p.6).

Por sua vez, Cicilia Peruzzo destaca que rádio poste é

(...) um tipo especial de “rádio” desenvolvido por movimentos sociais e associações comunitárias, além de igrejas, especialmente a Católica, e até mesmo isoladamente por comunicadores populares ativistas, com finalidades informativa, mobilizadora e educativa para fazer frente ao impedimento legal de uso do espectro radiofônico oficial por parte do cidadão e das comunidades. Em outras palavras, não havendo possibilidade de partilhar o espectro eletromagnético em FM (frequência modulada) ou em AM (amplitude modulada), em diferentes momentos da conjuntura política brasileira, mas que, via de regra, se caracteriza por violenta repressão a quem ouse ferir as leis de telerádiodifusão, são criados canais de comunicação alternativos. A rádio comunitária é um desses canais. (PERUZZO, 2014a, p.2-3).

Ainda sobre o assunto, Bochicchio (citado por NEUBERGER, 2012, p.117) destaca que as popularmente conhecidas “rádios alternativas” são responsáveis por levar ao ar para cerca de 100 bairros de Salvador, músicas, notícias, serviços de utilidade pública, além de informações de cunho educativo. O grande problema destas emissoras, por sua vez, ocorre quando o assunto é o dinheiro. Boa parte destas emissoras funciona apenas com investimos dos próprios sócios, que ficam impedidos de comercializar anúncios publicitários por não possuírem concessão comercial para esta finalidade.

A regulamentação do serviço, por sua vez, fica a cargo do poder executivo municipal, que emite apenas um alvará de funcionamento, o que não acontece nos casos de criação de uma rádio comercial, educativa ou comunitária, que recebem autorização do Governo Federal para que seu funcionamento possa ser concretizado (NEUBERGER, 2012, p.118).

Todavia, no Brasil, ainda não existe uma lei específica que conceda direitos e deveres para os proprietários de rádios que operam no sistema de linha modulada ou LM. Para conquistar o alvará de utilização sonora, em Salvador, por exemplo, o requerente precisa

entrar em contato com a Secretaria de Meio Ambiente do município, através Gerência de Fiscalização Ambiental (NEUBERGER, 2012, p.118).

Ainda sobre o assunto, em 2005, o então deputado estadual do PCdoB baiano, Javier Alfaya, foi o idealizador de um projeto de lei para regulamentar as rádios poste. Na proposta, ele defendia que a regulamentação destas rádios possibilitaria uma integração entre todas as comunidades da Bahia, uma vez que este, segundo ele, era uma das únicas maneiras de que os anseios daquela população fossem ouvidos. A direção deste serviço radiofônico, por sua vez, deveria ficar à cargo de uma empresa individual ou grupo societário com interesses comunitários de divulgar programas culturais, educativos, filantrópicos ou de interesse cooperativista, local ou agrário e sem fins lucrativos (NEUBERGER, 2012, p.119).

A concessão para que o serviço de Rádio Alternativa de Linha Modulada seja iniciado se dará apenas com a apresentação do Alvará de Localização e Funcionamento. O projeto de lei ainda resolve que nenhuma rádio pode funcionar a menos de 100 metros de qualquer instituição educacional ou de saúde e a 1000 metros de outra rádio alternativa antes das 8h e depois das 18h. A criação de patrocínios fica autorizada sob a alegação de apoio cultural, onde a prioridade para os anúncios seja dada para estabelecimentos situados nas imediações do serviço alternativo de radiodifusão. (NEUBERGER, 2012, p.120).

Ainda de acordo com Neuberger (2012. p.120), “A experiência de comunicação fixa por alto-falante é bastante difundida em função da facilidade de instalação e baixo custo dos equipamentos”, por isso,

o “som ambiente” de ruas e praças vem chamando a atenção devido à sua súbita expansão e ainda diz que, atualmente, o sistema é bem mais moderno do que os antigos serviços de rádio-poste, já que oferecem volume reduzido, dividido em mais caixas de som. Segundo ele, um volume alto transforma um sistema de publicidade em barulho e, como tal, está sujeito a sanções das autoridades por perturbar o sossego público. Mas a realidade é que a maioria das emissoras usa equipamentos sucateados e em péssimo estado, devido à falta de investimentos gerais para seu perfeito funcionamento (KONDA citado por NEUBERGER, 2012, p.120-121).

1.1.3. Rádio pirata

Há em atividade ainda um quarto gênero radiofônico, que através da ilegalidade, transmite suas programações, muitas vezes, de maneira clandestina ou pirata, como o gênero é

popularmente conhecido. Este tipo de emissora recebe esta denominação em virtude de não estar autorizado pelo Ministério das Comunicações.

Grande parte destas rádios são criadas para explorar o gênero comunitário e boa parte da ilegalidade ocorre por conta da demora do Governo em emitir as licenças que permitam o legal funcionamento destas emissoras. Seguindo este exemplo, outros grupos acabam driblando a fiscalização e colocando no ar as emissoras sem a tentativa de obter a permissão para a operação definitiva (SANTOS, 2014, p.4).

A denominação do termo pirata, por sua vez, é explicada por Machado (citado por SANTOS, 2014, p.5) da seguinte maneira:

As verdadeiras “piratas”, porém, de acordo com Machado *et al.*, (1987, p.60) eram aquelas que emitiam sinais de rádio diretamente de barcos na costa de países europeus onde a publicidade era proibida nas emissoras estatais – as únicas existentes até então. Como os transmissores ficavam situados dentro de barcos, e estes estampavam bandeiras, acabavam lembrando os antigos navios piratas. Daí o surgimento deste rótulo. Uma das mais famosas foi a Rádio Caroline, batizada em homenagem à filha de John Kennedy. Essas emissoras “bombardeavam” os países onde os produtos das multinacionais norte-americanas (*Ford*, por exemplo) não podiam ser divulgados nos meios de comunicação sob dominação do aparato governamental, a exemplo da Inglaterra.

Desta forma, portanto, pode-se dizer que nenhuma emissora pirata possui ligação com as rádios livres existentes dentro de qualquer continente. Rádios livres, em resumo, são rádios que funcionam sem a devida autorização do Governo Federal. Da mesma maneira, não se pode igualar uma rádio pirata à uma rádio conhecida como periférica, aquelas conhecidas por transmitirem uma programação distinta, a partir do país de origem, apenas para outra localidade fora do território nacional (SANTOS, 2014, p.5). Segundo Machado (citado por Santos, 2014, p.5) “as rádios periféricas não são ‘piratas’ no mesmo sentido inglês”.

1.2. Rádio educativa

As rádios de caráter educacional ou educativo, segundo Büttner e Santos (2014, p.9) são caracterizadas principalmente pela veiculação de programas que envolvam a educação e cultura e pela abstinência de lucros. Emissoras deste gênero ainda costumam repassar aos seus públicos-alvo orientações sobre o mercado de trabalho. Segundo Silveira (citado por

BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.9) a radiofonia de caráter educacional pode ser definida de forma comum, porém, com a ressalva de possuir como parceiro o Ministério da Educação, na obtenção de sua autorização. “As Rádios Educativas estão presentes principalmente nas universidades, com programações do seu padrão de emissora levando à comunidade informação e programas culturais” (SILVEIRA citado por BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.9).

Anteriormente, as rádios de caráter educativo funcionavam apenas com o trabalho voluntário de pessoas que se dedicavam aquela causa. Contudo, os investidores deste sistema perceberam que poderiam ter mais divulgação de seus serviços se comerciais veiculados pelas rádios fossem produzidos. Com isso, a emissora conseguiria se manter financeiramente agregando aos seus investidores, comerciais de seus produtos. A programação destas rádios, por sua vez, não foram prejudicadas, ou seja, grande parte do horário de funcionamento das emissoras é ocupado pela proposta de veiculação de conteúdo cultural e educacional (BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.10).

Ainda segundo Büttner e Santos (2014, p.10), a criação de uma rádio educativa precisa cumprir alguns requisitos impostos pelo Código Brasileiro de Telecomunicação, em seguida, os idealizadores do projeto de criação de uma rádio educativa, por isso,

as rádios são obrigadas a ter em sua programação espaços instrutivos reservados para a educação, divulgações e informações recreativas; e, do desporto, em que podem ser julgadas como informativo educacional, fazendo parte das Rádios Educativas. Como está descrito no art. 221, a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas (BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.10).

Qualquer rádio ou emissora de televisão de caráter educativo não pode ser considerada comercial, sendo, portanto, impedida de transmitir qualquer anúncio publicitário de forma direta ou indireta (BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.10).

1.3. Rádio comercial

O sistema radiofônico comercial, popularmente conhecido como rádio comercial, presta um serviço diferenciado dos demais meios citados até aqui. Segundo McLeish (citado

por BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.11), uma rádio comercial sobrevive de patrocínios oriundos de diferentes regiões ou segmentos comerciais, industriais, empresários ou de serviços, e coordenada da mesma forma que uma organização presta algum serviço á população. O termo serviço pode ser esclarecido como sendo a forma em que cada emissora opera suas transmissões, ou seja, o segmento adotado por ela. Entre os mais conhecidos segmentos estão as rádios com estilo eclético, as segmentadas por gênero musical, ou ainda aquelas que veiculam apenas notícias ou esportes.

O principal objetivo das emissoras de rádio é gerar lucratividade, e isso é feito por meio da venda de espaços publicitários. Os donos dos mais variados segmentos de lojas anunciam seu produto e oferta para despertar mais atenção para a sua loja. As emissoras acabam por ter dois tipos de público: os ouvintes e os anunciantes (BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.11).

Segundo Ferraretto (2001, citado por BÜTTNER e SANTOS, 2014, p. 11) “os ouvintes se tornam consumidores em potencial, e os anunciantes interessados em atingir um grande número de pessoas. É assim que Rádios comerciais sobrevivem, buscando patrocínios de seus clientes”. Desta forma, segundo ele, cada ouvinte acaba ouvindo a publicidade e a programação de cada emissora. “As emissoras têm um profissional responsável em sair às ruas, visitando clientes e futuros clientes anunciantes para venderem os espaços publicitários; assim a emissora da Rádio Comercial se sustenta” (FERRARETTO citado por BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.11).

Para funcionar, cada emissora necessita de uma autorização para que seu funcionamento possa ser dado. Conforme a Lei de Radiodifusão esta licença pode demorar vários anos. O processo para a obtenção da licença tem início no Ministério das Comunicações, no momento em que um projeto solicitando diversas ações, for enviado. Na sequência, cada projeto é analisado partindo das propostas técnicas e financeiras. Outras etapas ainda são necessárias para a obtenção de uma autorização (BÜTTNER e SANTOS, 2014, p.11). No capítulo a seguir, a relação entre a igreja católica e a Comunicação Social será abordada através definições bibliográficas e documentos eletrônicos.

2. Igreja e Comunicação

Neste capítulo é apresentada a reflexão sobre a relação entre a Igreja e a Comunicação. Especialmente a mudança de posição da igreja após a realização do Concílio Vaticano II, nos anos 1960. Da mesma forma, este capítulo contribui para a compreensão da importância da comunicação na Igreja Católica, que se preocupa constantemente com sua imagem diante da sociedade.

Desde o início da civilização humana, a sociedade, em sua ampla diversidade, percebeu a necessidade de participar de um processo de divulgação de seus conhecimentos, histórias e valores. No campo religioso, por exemplo, o uso de linguagens orais ou escritas sempre foi o grande trunfo para compartilhar e até mesmo propagar as ideias e valores aos fiéis. No século 15, após a invenção da prensa de Gutenberg, a igreja católica, mais especificadamente, passou a se “modernizar” e se beneficiar deste recurso para imprimir seus documentos de indulgência.

Contudo, após a produção em série da Bíblia, a igreja percebeu que esta disseminação poderia causar riscos a hegemonia de sua liderança, por acreditar que, com maior conteúdo em mãos, a população poderia interpretar os textos descritos no livro sagrado, sem a interferência do clero, que era quem controlava todas as atividades que envolviam a intelectualidade, as artes e a literatura. Este tipo de controle, ou até mesmo censura, era uma maneira adotada pela igreja para impedir que a sociedade interpretasse de outra maneira aquilo que o clero divulgava como verdade absoluta (FEITOSA, 2014, p.208). Sendo assim, neste capítulo, a relação entre igreja católica e a comunicação será abordada.

2.1. O poder da igreja

A partir do momento em que a religião cristã passou a ser a principal doutrina do Império Romano, membros de sua cúpula passaram a atuar de forma controladora nos poderes econômicos, políticos, jurídicos e sociais daquele povo. Quem desrespeitava ou não seguia os preceitos repassados pelo Clero sofria com as fortes punições ou perseguições.

Naquele tempo, o Tribunal do Santo Ofício, responsável por julgar, de forma bastante severa, pessoas que supostamente descumpriam as leis da igreja católica, mostrou que, de fato, qualquer posicionamento contrário aos dogmas da igreja, seria devidamente punido. Em contrapartida, a cópia e a preservação das informações que envolviam os antigos povos serviram como um acervo histórico que foi acessado e continuado a ser “escrito” anos mais tarde, no período conhecido como Renascimento Cultural (FEITOSA, 2014, p.207).

No século XV, após a invenção e disseminação da prensa de Gutenberg, a igreja católica passou a enfrentar sérios problemas com relação ao seu poder frente ao seu povo. Pessoas que até então interpretavam os ensinamentos cristãos com a ajuda de seus líderes religiosos já possuíam acesso ao livro sagrado sem dificuldades e com isso, passavam a interpretar de forma particular, cada ensinamento descrito na Bíblia. Essa independência, de modo geral, causava certo desconforto na liderança cristã, que era responsável pela formação estrutural da sociedade e embasada na fé e nos dogmas religiosos. Mais tarde, após ser vencida pela disseminação do intelecto popular, nos séculos XVI, XVII e XVIII,

a Igreja preocupou-se em estender o seu poder também às novas terras descobertas. Para os colonos, havia as igrejas, capelas, paróquias, colégios, irmandades e seminários onde o evangelho era disseminado. Para os indígenas e, algumas vezes, para os escravos negros, foram criadas as missões, onde sua conversão e aculturação eram promovidas (FEITOSA, 2014, p.209).

A igreja passou a exercer um forte poder simbólico que para Bourdieu (citado por FEITOSA, 2014, p.209) “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Desta forma, em resumo, o poder é exercido através da “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”, ou seja, o poder citado pelo autor era construído pela Igreja Católica, que tinha sua força comprovada através de seu poder na política e pela autoridade máxima de sua cúpula, o Papa (BOURDIEU citado por FEITOSA, 2014, p.209).

Através das escrituras bíblicas, divididas em diversos capítulos, a igreja orientava seus fieis a acreditar em Deus e na ideia de que, após a morte, todas iriam para o paraíso, onde teriam uma vida melhor, e que todos que sofressem e morressem pelos cristãos poderiam ser santificados (FEITOSA, 2014, p.209).

Segundo Bourdieu, (2011, p. 14), “o poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo,” fazia com que a igreja orientasse o fiel a “ver” o milagre e “crer” no paraíso (FEITOSA, 2014, p.209).

No início do século XX, outro grande desconforto pairou sobre o Clero após o surgimento do rádio, inventado pelo italiano Guglielmo Marconi, afinal, de acordo com Klein (citado por FEITOSA, 2014, p.209), o rádio, enquanto equipamento de transmissão está atrelado ao cristianismo. De acordo com ele, quatro anos antes do italiano iniciar seus experimentos radiofônicos, “o padre Roberto Landell teria feito experiências de transmissão radiofônica em Campinas, SP. Tal invenção foi tida como diabólica, já que a voz viajava sem a presença do corpo”. Mais tarde, a televisão, criada no início da década de 20 e vista pelos brasileiros nos anos 50, também sofreu severas discriminações por parte dos mais conservadores religiosos.

2.2. A força midiática congregada ao clero

Com o passar dos anos, várias mudanças foram acontecendo na igreja, em vários aspectos, dentre eles seu poder diante da sociedade. As mudanças passaram a ser constantes e de forma significativa. A igreja, no século XX, perdeu sua hegemonia para a mídia e este tipo de mudança,

Trata-se tão-somente de poder, é claro. No fim. O poder que mídia tem de estabelecer uma agenda. O poder que ela tem de destruir alguém. O poder que tem de influenciar e mudar o processo político. O poder de capacitar, animar. O poder de enganar. O poder de mudar o equilíbrio de forças: entre Estado e cidadão; entre país e país; entre produtor e consumidor. E o poder que lhe é negado: pelo Estado, pelo mercado e pela audiência, cidadão, consumidor opositores ou resistentes. (...) Trata-se do poder da mídia de criar e sustentar significados; de persuadir, endossar, reforçar. O poder de minar e reassegurar. Trata-se de alcance. E de representação: a habilidade de apresentar, revelar, explicar; assim como a habilidade de conceder acesso e participação. Trata-se do poder de escutar e do poder de falar e ser ouvido. Do poder de incitar e guiar reflexão e reflexividade. O poder de contar contos e articular lembranças (SILVERSTONE citado por FEITOSA, 2014, p. 210).

Com isto fortemente explicitado, é possível afirmar que a presença da mídia é constante e em todos os lugares. Nesta perspectiva, a igreja percebeu que não seria vantajoso combater os veículos de comunicação e que o melhor caminho a ser seguido seria o de estar ao lado dos grandes meios para reconquistar fiéis que haviam se distanciado no passado. Sobre isso, Signates (citado por FEITOSA, 2014, p.210), destaca que coube a mídia da época, o papel de produzir e reproduzir as ações e as crenças da igreja e da escola.

2.3. A Comunicação a partir do Concílio Vaticano II

Entre os anos de 1962 e 1965, a igreja católica celebrou em Roma, na Itália, o maior evento da religião no século 20 e um dos mais importantes de toda a sua história desde a sua fundação, há mais de dois mil anos: o Concílio Vaticano II. O evento foi realizado após uma convocação do então Papa João XXIII para que 2.594 bispos de 141 nacionalidades discutissem diversos assuntos de interesse da comunidade católica e foi uma forma encontrada pelo pontífice para atualizar e reposicionar a igreja nos anos que viriam a seguir (GOBBI e PIRES, 2014, p. 2).

“Realizado em Roma, em três importantes sessões, de outubro de 1962 a dezembro de 1965, foi o vigésimo primeiro concílio ecumênico depois de um intervalo de 92 anos (o Concílio Vaticano I ocorreu em 1870)” (PUNTEL, 1994, p.44). Durante a Assembleia, dois importantes documentos foram produzidos como forma de orientar e disseminar os caminhos a serem seguidos pelas lideranças católicas sobre a Comunicação; o Decreto *Inter Mirifica* e a Instrução Pastoral *Communio et Progressio* (GOBBI e PIRES, 2014, p. 1). Ambos os documentos abordavam questões que faziam relação entre a comunicação e a igreja como forma de promover a cidadania.

De uma forma geral,

(...) através da arte e da imprensa, a igreja católica reunida em Concílio e preocupada com período social conturbado, vê a necessidade de situar o papel dos meios de comunicação na promoção da dignidade humana, da liberdade de expressão e opinião pública e da valorização do diálogo. Este momento torna-se oportuno para que a Igreja, em sua Tradição Apostólica de defesa da vida, contribua para uma reflexão teológica-pastoral voltada aos meios de comunicação social, para que estes sejam norteados em favor do bem comum (GOBBI e PIRES, 2014, p. 2).

Ainda de acordo com Gobbi e Pires (2014, p.2), “é possível identificar inicialmente nestes documentos uma orientação, ainda que eclesial, para o exercício da prática profissional e da produção de conteúdos de comunicação, alicerçada em valores”, ou seja, pode-se perceber de forma bastante direta que a igreja católica viu a necessidade de difundir o acesso à informação verídica a todas as suas lideranças e fieis de forma honesta e “que respeite as leis morais do homem, os seus legítimos direitos e dignidade”.

Por outro lado,

a Instrução Pastoral *Communio et Progressio* entende que a mídia deve ser utilizada como instrumento para promover as relações sociais e a valorização da vida. De modo geral, o documento eclesial orienta os profissionais de comunicação a exercerem com competência o desempenho da atividade, que deve ter uma transmissão de qualidade do conteúdo produzido. O item 15 vem reforçar essa ideia: Todos os esforços, portanto, são poucos para cuidar da informação, de tal modo que, quem usa esses meios lendo, vendo ou ouvindo, possa interpretar corretamente o que recebe e exercer em seguida a parte ativa que lhe compete na vida social (GOBBI e PIRES, 2014, p. 4).

Ainda de acordo com Gobbi e Pires (2014, p. 4), “a instrução traz uma complementação à proposta apresentada pelo Decreto *Inter Mirifica* com a preocupação com a busca pela verdade que contribua para o progresso do bem comum”. Diante desse decreto também ficou definida oficialmente uma posição oficial da igreja católica sobre os meios de comunicação:

A Igreja Católica, fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo para levar a salvação a todos os homens, e por isso mesmo obrigada a evangelizar, considera seu dever pregar a mensagem de salvação, servindo-se dos meios de comunicação social, e ensina aos homens a usar corretamente estes meios. À Igreja, pois, compete o direito nativo de usar e de possuir toda a espécie destes meios, enquanto são necessários ou úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas; compete, porém, aos sagrados pastores o dever de instruir e de dirigir os fiéis de modo que estes, servindo-se dos ditos meios, alcancem a sua própria salvação e perfeição, assim como a de todo o género humano (VATICANO, 1963, p. 3).

Este documento, de acordo Puntel (1994, p. 54) indica um posicionamento da igreja com relação à imprensa, cinema, rádio televisão e demais meios classificados como de comunicação social, entretanto, o documento não atenta a nenhum instrumento que esteja direta ou indiretamente ligada ao marketing, à publicidade e propaganda e às relações públicas.

O decreto *Inter Mirifica*, segundo Puntel (1994, p.54) foi elaborado um tempo antes da primeira reunião do Concílio Vaticano II pelo Secretariado Preparatório para a Imprensa e

Espectáculos. Mais especificamente, ele foi elaborado entre novembro de 1960 e maio de 1962 e foi validado por uma comissão que estava encarregada pela organização geral do encontro. Logo em seguida, foi debatido durante a primeira sessão da assembleia e aprovado, mesmo sendo um documento extenso e que posteriormente precisou ser reeditado. Na versão final, o documento possuía apenas 24 parágrafos, um número bastante inferior ao documento original, que havia sido escrito em 114. O *Inter Mirifica* foi o documento com o maior índice de rejeição de todo o evento. Foram apurados 1.598 votos a favor e 503 contra.

Baragli (citado por PUNTEL, 1994, p. 55) destaca que o alto número de votos contrários ao documento pode ser explicado em virtude de uma série de publicações feitas em jornais de renome na Europa e nos Estados Unidos. As publicações foram feitas por jornalistas com base em entrevistas de padres e bispos que discordam sobre diversos assuntos, dentre eles, a falta de um esquema que favorecesse o conteúdo teológico, de profundidade filosófica e de fundamento teológico.

A corrente americana e contrária ao documento ainda mostrava que,

os jornalistas americanos mostraram-se surpresos com o artigo 12 do decreto que trata da liberdade de imprensa. O artigo acentua que os profissionais têm os principais deveres morais com relação ao uso adequado desses instrumentos, mas a autoridade civil aparece com deveres especiais em relação ao bem comum (PUNTEL, 1994, p. 56).

Para tentar fazer com que o documento não fosse aprovado pelos líderes da Igreja, os jornalistas produziram um folheto que descrevia o *Inter Mirifica* como sendo um documento vago e trivial, que anunciava uma imprensa que não existia e vista apenas como uma exortação pastoral. Os profissionais ainda diziam no material que o documento tinha o objetivo de proibir o trabalho não profissional da classe. Da mesma forma, os jornalistas finalizaram o manifesto dizendo que o documento “mostrava a incapacidade do Vaticano II de enfrentar os problemas do mundo atual” (PUNTEL, 1994, p. 57).

Seguindo a linha das demais manifestações, um grupo de 97 padres alemães enviou uma carta para os responsáveis pela redação do decreto, em Roma, dizendo que o *Inter Mirifica* deveria ser feito em outro esquema a partir de um novo estudo, que acabou não sendo feito, fato que gerou um enorme desespero por parte daquele grupo.

Como tentativa de evitar a aprovação do decreto, os 97 padres produziram uma circular, que pedia para que os votantes não aprovassem o documento por se tratar de algo que não refletia os desejos da população e das pessoas que entendessem do assunto (PUNTEL,

1994, p. 57). Mesmo que houvesse divergências entre prós e contras, o *Inter Mirífica*, apontava oficialmente uma visão bastante importante da igreja sobre o direito à informação:

É evidente que tal informação, em virtude do progresso atual da sociedade humana e dos vínculos mais estreitos entre os seus membros, resulta muito útil e, na maioria das vezes, necessária, pois a comunicação pública e oportuna de notícias sobre acontecimentos e coisas facilita aos homens um conhecimento mais amplo e contínuo dos fatos, de tal modo que pode contribuir eficazmente para o bem comum e maior progresso de toda a sociedade humana (VATICANO, 1963, p. 5).

Ainda como forma de afirmar sua nova visão em relação aos meios de comunicação, o Concílio Vaticano II estabeleceu o Dia Mundial das Comunicações, comemorado no Brasil no dia 05 de maio, além disso, a igreja passa a admitir que os meios de comunicação social contribuam para a difusão e afirmação da Palavra de Deus. Entretanto, o documento firmado estabelece ainda que fica sob a responsabilidade do Clero à pregação das mensagens de salvação aliadas aos recursos oferecidos pelos meios de comunicação existentes (CORAZZA e MACCARI, 1997, p.22). Com isso, a igreja ainda assume um papel importante de utilizar de ferramentas que são exclusivamente operadas por pessoas capacitadas, por isso,

Todos estes fatores exigem, por parte da pastoral, tanta consideração, não só consideração que orienta, mas, sobretudo a ação que aproveite e assumam todas as possibilidades para este fim, é evidente a necessidade de encontrar homens especializados, tanto técnica como administrativamente; os conselhos pastorais deverão encontrar meios de planificar tal ação; e finalmente, associações de todo o gênero deverão encarregar-se da execução de tais planos (CORAZZA e MACCARI, 1997, p.23).

Ainda conforme Corazza e Maccari (1997, p. 23), qualquer organização católica e que trabalhe de forma direta com a comunicação voltada à pastoral, necessita contratar pessoal capacitado, afinal, é fundamental que profissionais atuam nestas áreas a fim de garantir a produção correta de determinada proposta comunicacional.

2.4. A Comunicação da Igreja no Brasil

No Brasil, segundo Feitosa (2014, p.210), a “primeira rádio de concessão católica foi a Excelsior de Salvador, que em 1941 foi ao ar”, mais tarde, em 1943, a Igreja Adventista do

Sétimo Dia, passou a utilizar dos serviços de radiofonia, através do Sistema Adventista de Comunicação (SISAC), transmitindo seu primeiro programa de cunho religioso chamado de A Voz da Profecia. No final dos anos 90, aproximadamente 195 rádios integravam a maior rede nacional de rádios católicas do Brasil, pertencentes às dioceses, congregações ou movimentos religiosos vinculados à Igreja Católica.

Um pouco antes, na década de 60, os católicos puderam acompanhar programa de caráter religioso na televisão, que ainda dava seus primeiros passos no Brasil. Novamente o SISAC tomava a dianteira com relação à produção de conteúdos neste meio de comunicação e, por conta da forte predominância de católicos no país, a disseminação do evangelho nunca foi prioridade da mídia, entretanto, com o crescimento das igrejas evangélicas, foi preciso mudar esta estratégia para evitar uma possível mudança de religião por parte da sociedade. Em paralelo à isso, foi preciso uma adequação nos conteúdos produzidos, a fim de evitar que sua audiência não compreendesse a mensagem que seria passada (FEITOSA, 2014, p.211).

A popularização rápida de conteúdo evangélico foi preciso ser feita de forma a conter o avanço das demais igrejas evangélicas nos grandes meios, através de grandes investimentos na área. Para se ter uma ideia, nos anos 70, a TV Tupi já transmitia em rede nacional um programa da igreja evangélica americana, comandado por Rex Humbard. Nos anos 80, Jimmy Swaggart, da Igreja Assembleia de Deus, também se popularizou por aqui através de programa veiculados na TV Record e na TV Bandeirantes (FEITOSA, 2014, p.211).

Contudo, foi nos anos 90 que a igreja católica teve sua maior ascensão com relação a sua presença na mídia. O fato ocorreu mais precisamente na cidade de Santo Amaro, no interior de São Paulo, após a aparição pública de um jovem padre, de boa aparência, que reproduzia a palavra de Deus de forma contagiante entre os fiéis. Estava iniciada uma nova fase para o catolicismo e para o Padre Marcelo Rossi (FEITOSA, 2014, p.211).

Segundo Klein, o jovem padre,

segue à risca toda a liturgia prescrita no semanário impresso, mas o faz de uma forma espetacularizada: dá um tom emotivo ao Pai Nosso, consagra os elementos da Eucaristia com música ao fundo, anima a plateia durante cânticos, dança, faz piada, brinca com o público da mesma forma que os apresentadores televisivos animam sua plateia, ou até com mais competência. Ao final da missa lança baldes de água benta sobre os fiéis, arranca risadas, faz uma oração final intercedendo por milagres e, tal como entrou, finalmente desaparece do palco após um cântico (KLEIN, 2006, p.191).

O surgimento de um novo estilo de propagar o evangelho fez com que os jovens, antes distantes da igreja, passassem a estar em contato maior com a religião católica. Esta mudança criou o termo conhecido como “show missa”, descrito por Carranza (citado por FEITOSA, 2014, p. 212), como sendo,

um termo consagrado pela própria mídia brasileira, na segunda metade da década de noventa, quando da aparição do Pe. Marcelo Rossi na mídia. Quando eram televisionadas as missas multitudinárias por ele organizadas, seguidas de shows para entretenimento dos fiéis, a expressão foi consagrada como forma de diferenciar eventos similares entre os pentecostais. Assim sendo, show-missa é uma expressão exterior ao catolicismo, tanto teológica como ritualmente falando.

Atualmente, com o crescente avanço das tecnologias, outras formas de divulgar o evangelho começam a se propagar frente a estes meios enunciados até aqui. A internet, por exemplo, pode ser hoje a principal forma de divulgação, pois, através dela, é possível, ouvir, assistir e interagir com as demais entidades religiosas que utilizam deste fim para se promover.

No próximo capítulo, a história da rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara, RS e a análise das veiculações feitas por este meio de comunicação serão apresentadas.

3. Rádio Poste na Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara

A coleta de dados, para a realização deste terceiro capítulo, foi realizada através de depoimentos de dois párocos, um deles que atuou e o outro que é o atual padre da Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Tapejara. Além disso, a produção deste trabalho se dá através de uma análise das emissões radiofônicas durante 15 dias entre os dias 15 e 31 de outubro de 2014. Esta análise, por sua vez, tem como base documentos sob a posse da paróquia Nossa Senhora da Saúde. Ainda nesta etapa, serão descritos as mensagens veiculadas pela rádio poste no período analisado, além de uma exposição de fotos de elementos e equipamentos que compõe o sistema de som da rádio poste da igreja.

3.1. Um pouco de história

Tapejara é um município do Norte do Estado do Rio Grande do Sul, repleto de histórias e particularidades. Quem passa pela localidade pode enxergar seu dinamismo e crescimento. Quem fica, percebe algumas marcas culturais, que são características do município e de seu povo. Uma dessas características é a rádio poste que funciona na torre da igreja matriz que fica no centro da cidade e que não possui um horário fixo para entrar no ar.

A história desta rádio vem de longa data e já incorpora a vida dos tapejarenses. Quem conta esta passagem é o padre Hélio Marsiglio (2012), padre responsável pela Paróquia Nossa Senhora da Saúde e, portanto da Igreja Matriz de Tapejara entre os anos de 2007 e 2014 Segundo ele, a ideia da utilização do sistema de som da igreja e de sua torre para veicular anúncios partiu do então pároco da paróquia Carino Corso em 1957, juntamente com a inauguração da nova igreja (cf. Figura 1).



Figura 1- Torre Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara (foto: Guilherme Parizotto)

Naquela época, os anúncios eram feitos pelo próprio pároco com a intenção de passar avisos ligados à paróquia ou de utilidade pública. De acordo com ele, o fato de Tapejara não possuir nenhuma emissora de rádio¹ para divulgar os assuntos pertinentes à paróquia foi um dos pontos fundamentais para o início das emissões. Padre Hélio Marsiglio (2012) afirma que por muito tempo uma gravação de um carrilhão de sinos era utilizada como característica sonora das veiculações feitas pelo equipamento de som. Com o passar dos anos a faixa sonora dos sinos foi substituída por uma canção, que é utilizada até os dias atuais, que é a Oração de São Francisco de Assis. Quando soa a canção na torre da igreja, a população já sabe que a rádio poste está entrando no ar. A letra da canção é a conhecida e tradicional Oração de São Francisco de Assis, pronunciada por ele a mais de 800 anos na Itália, que está gravada em

¹ A primeira emissora AM de Tapejara foi a Rádio Tapejara que iniciou suas operações em 27 de novembro de 1982. Em 2014, o município conta com a circulação de três jornais, sendo dois quinzenais e um semanal; três rádios, sendo uma AM e uma FM, além de uma rádio FM Comunitária. Ainda no setor de comunicação, integram este meio duas revistas com periodicidade mensal. O jornal O Caiobá, ainda em circulação, foi o primeiro da cidade. Foi fundado em 1994 e pertence ao mesmo grupo que controla a Rádio Caiobá FM 100.7 Mhz.

uma cópia de Compact Disc (CD) que se encontra junto aos equipamentos da rádio poste. A gravação é de um coral sem identificação e a letra pode ser observada na sequência:

“Senhor fazei de mim o instrumento de Vossa paz
 Senhor fazei de mim o instrumento de Vossa paz
 Onde houver ódio
 Que eu leve o amor
 Onde houver ofensas
 Que eu leve o perdão
 Onde houver discórdia
 Que eu leve a união
 Onde houver trevas
 Que eu leve a luz
 Onde houver erro
 Que eu leve a verdade
 Onde houver desespero
 Que eu leve a esperança
 Onde houver tristeza
 Que eu leve alegria
 Onde houver dúvidas
 Que eu leve a fé
 Mestre fazei que eu procure mais
 Consolar que ser consolado
 Compreender que ser compreendido
 Amar que ser amado
 Pois é dando que se recebe
 É perdoadando que se é perdoado
 E é morrendo que se vive para vida eterna”.

3.2. Os equipamentos

O primeiro equipamento de som foi instalado por uma empresa de Porto Alegre, especializada em instalação de som nas igrejas do sul do Brasil. Eram microfones, e um sistema compacto com mesa de som, amplificador e toca-discos que permaneciam na sacristia da igreja e as cornetas instaladas estrategicamente no alto da torre. Os equipamentos de som eram de última geração, com boa qualidade, tanto assim que duraram mais de 30 anos, segundo Marsiglio (2012).

Durante os anos de funcionamento da rádio vários equipamentos foram responsáveis por transmitir as emissões da rádio poste, contudo, em março de 2014, após a chegada do novo pároco na paróquia Itamar Lavarda, os equipamentos foram trocados e substituídos por outros mais modernos. Na oportunidade, foram instalados um microfone da marca Condor, uma mesa de som, sem especificações de modelo e marca (Cf. Figura 2.), um aparelho de DVD da marca LG (Cf. Figura 3.), responsável por reproduzir o CD com a trilha utilizada

para a produção dos anúncios, e dois amplificadores da marca Crown, modelos 1002 e 2002 (Cf. Figura 4.), utilizados para o sistema de som interno da igreja e para os anúncios na rádio poste, respectivamente. No alto da torre de 36 m de altura estão instaladas quatro corneta (Cf. Figura 5.) com potência de 300 watts cada e direcionadas para os quatros pontos da cidade (LAVARDA, 2014).



Figura 2 - Microfone e mesa de som (foto Guilherme Parizotto)



Figura 3 - DVD usado para reprodução da trilha sonora (foto Guilherme Parizotto)



Figura 4 - Amplificadores (foto Guilherme Parizotto)



Figura 5 - Corneta de som com potência de 300 watts (foto Guilherme Parizotto)

3.3. As veiculações

Desde o início do seu funcionamento, a rádio poste de Tapejara não possui uma programação fixa com horário definido. Ela somente entra no ar para dar informações quando estas ocorrem ou são solicitadas por pessoas ou famílias ligadas a comunidade católica da paróquia. Todas as emissões até hoje foram feitas ao vivo. Nestes 57 anos, de acordo com Marsiglio (2012), foram feitos mais de mil anúncios de falecimentos pela igreja, além de outras informações julgadas de relevância no passado.

Na história de seu funcionamento nunca houve uma pessoa contratada ou voluntária fixa para fazer a rádio entrar no ar e funcionar. Ela sempre funcionou pela ação dos padres ou funcionários da paróquia. Segundo depoimento de Marsiglio (2012), atualmente o serviço é realizado pela funcionária da Secretaria Paroquial (Cf. Figura 6.). Eventualmente, conforme ele, os padres responsáveis pela paróquia também fazem esta função. As emissões radiofônicas ocorrem, em sua maioria, a pedido de familiares para comunicar o falecimento de seus entes queridos. Para a família que quiser fazer um anúncio de falecimento, basta se dirigir até a Casa Paroquial e informar dados como o nome completo, idade, local de falecimento e local/hora do velório e enterro. As veiculações são realizadas gratuitamente para os que necessitarem passar a sua informação para a comunidade. Das 54 paróquias ligadas a Arquidiocese de Passo Fundo, apenas três ainda têm a prática de anunciar o falecimento de alguma pessoa através da torre da igreja: Tapejara, Sertão (que ainda usa o sino para fazer os anúncios) e Serafina Corrêa (MARSIGLIO, 2012).

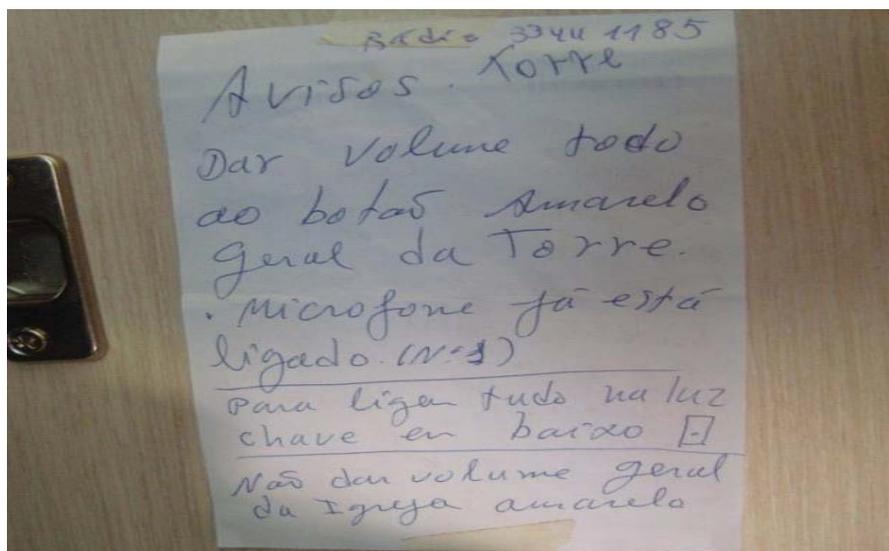


Figura 6 - Orientações fixadas ao lado da mesa de som (foto Guilherme Parizotto)

3.4. Dados atuais sobre a rádio poste

Conforme observação para a pesquisa, as emissões radiofônicas podem ser facilmente ouvidas em um raio de 500 metros (Cf. Figura 7), de acordo com as condições meteorológicas e da não interferência de fatores externo como, aparelhos de som ligados em alto volume, nas proximidades da igreja ou ainda máquinas ou outros dispositivos que emitam alto teor sonoro, quando em funcionamento (LAVARDA, 2012).

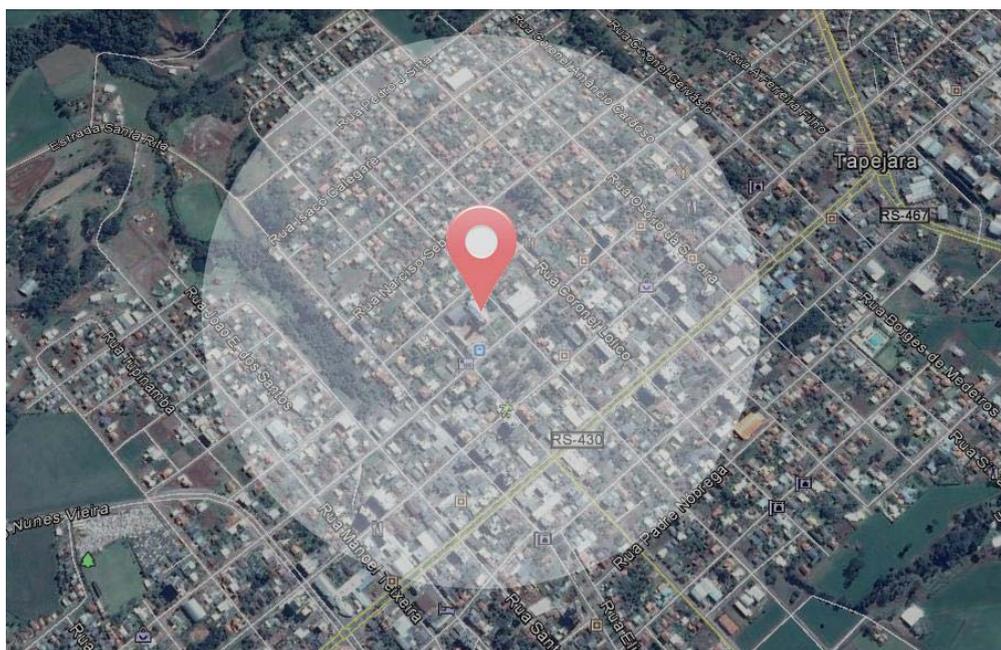


Figura 7 - Raio de abrangência (foto Google Earth)

3.5. Funcionamento da rádio poste

Para que a rádio poste entre no ar, um esquema é usado como roteiro. Ao término da divulgação, o responsável pela emissão naquele momento repete o anúncio e na sequência encerra a emissão com outro trecho da trilha utilizada para esta ação. O roteiro utilizado para veiculação é o seguinte: (Oração de São Francisco de Assis como trilha) + a locução: “Notade falecimento, faleceu às (horário) de (data), com (idade) o senhor (a) (nome), seu corpo está sendo velado (local do velório). Às (horário) missa de corpo presente (local) e logo após o sepultamento (local do sepultamento)”.

3.6. As emissões

Entre os dias 15 e 31 de outubro de 2014, foram analisadas todas as emissões radiofônicas produzidas pela rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara. Neste período, foram observadas a produção e veiculação de seis emissões, todas voltadas para o anúncio de falecimento de alguma pessoa. As emissões foram observadas através do registro documental, pertencente à paróquia, em que se registram os dados referentes a cada anúncio veiculado.

Conforme registros paroquiais, no dia 20 de outubro, a rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde emitiu a primeira nota de falecimento dentro do período analisado. A emissão foi veiculada às 8h e divulgou o falecimento de Vianor Domingos Miotto, ocorrido às 21h do dia 19 de outubro, no Hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo, com 63 anos. O corpo dele foi velado na capela da Funerária São Cristóvão, em Tapejara. O sepultamento foi feito no cemitério da cidade de Barra do Rio Azul.

No dia 24 de outubro, o falecimento de José Parizzotto Bé foi anunciado por volta das 9h. Ele faleceu às 17h de 23 de outubro, com 75 anos, no Hospital da Cidade, em Passo Fundo. O corpo dele foi velado no salão da comunidade Linha Marchiori, interior de Tapejara. As 16h do mesmo dia o corpo foi trasladado para Tapejara, onde foi sepultado no Cemitério Municipal João Rombaldi.

Na tarde do dia 29 de outubro, o falecimento de Severino Girardi, 78 anos, foi anunciado pelo sistema de som da Igreja. O fato foi veiculado às 14h do mesmo dia, informado que o homem havia falecido na residência de Silver Piffer, na cidade de Santa Cecília do Sul. O comunicado ainda informava que o corpo estava sendo velado na Capela da Funerária São José. O local e o horário do sepultamento não foram divulgados nesta ocasião.

Às 9h15min do dia 30 de outubro a rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde informou o falecimento de Irineu Casamali. Ele faleceu às 00h20min daquele mesmo dia, no Hospital Santo Antônio de Tapejara, com 60 anos. O corpo dele foi velado na Capela da Funerária São José e o sepultamento foi realizado no Cemitério Municipal João Rombaldi, às 17h.

O último falecimento veiculado no sistema de som da Igreja, no período da observação foi feito às 15h do dia 31 de outubro. Ele anunciou o falecimento de Santana Basso Sebben, 86 anos, ocorrido às 12 do mesmo dia, no Hospital Santo Antônio de Tapejara. O corpo dela

foi velado na Capela da Funerária São Cristóvão e o sepultamento ocorreu às 10h30min do dia 1º de novembro, no Cemitério Municipal de Ibiacá.

3.7. Análise

Pode-se dizer que a rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara não aproveita da melhor forma possível os recursos que possui com relação a este meio de comunicação. Afinal de contas, mesmo após o surgimento e disseminação de outros meios de comunicação de maior força, como a televisão, o rádio em seus formatos de amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), internet, o sistema de som utilizado pelo templo religioso, continua em atividade, entretanto, sem outras produções ou veiculações que são características de uma rádio poste.

Usar esta forma de comunicação apenas de forma esporádica e para divulgar o falecimento de pessoas, a partir de uma solicitação feita por familiares destas pessoas, pode ser considerado um retrocesso com relação à comunicação, pois, de acordo com documento *Inter Mirifica*, responsável por orientar a comunidade católica sobre sua relação com a comunicação social e elaborado durante o Concílio Vaticano II, evento realizado, na década de 1960, em Roma, na Itália, para debater e definir os novos posicionamentos e opiniões da igreja católica no mundo, diversas questões, a comunicação com a sociedade precisa ser levada a sério, a fim de seguir a orientação de que a igreja católica é obrigada a propagar mensagens de salvação através dos meios de comunicação, como é o caso da rádio poste da Igreja Matriz, em Tapejara.

De acordo com o capítulo 1, incisos terceiro, quarto e quinto, respectivamente, do *Inter Mirifica*, “compete o direito nativo de usar e de possuir toda a espécie destes meios, enquanto são necessários ou úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas” e da mesma forma, “compete, porém, aos sagrados pastores o dever de instruir e de dirigir os fieis de modo que estes, servindo-se dos ditos meios, alcancem a sua própria salvação e perfeição, assim como a de todo o gênero humano” e ao mesmo tempo “Além disso, compete principalmente aos leigos vivificar com espírito humano e cristão estes meios, a fim de que

correspondam à grande esperança do gênero humano e aos desígnios divinos”. Conclui-se, portanto, que a rádio poste não atende as orientações do *Inter Mirifica*.

Neuberger (2012, p. 117) destaca que este sistema de transmissão utilizado pela entidade religiosa de Tapejara é caracterizado como rádio poste, afinal, está inserido em uma pequena localidade do interior e em uma área com grande circulação de pessoas. Peruzzo (2010, p.2) ainda acrescenta que esta rádio poste pode ser classificada desta maneira por possuir um sistema de som que propague mensagens em alto-falantes instalados no alto de um poste ou torre, como é o caso, e em local com grande circulação de pessoas.

Sob outro ponto de vista, é importante ressaltar que o uso da rádio poste apenas para divulgar as notas de falecimento pode ser explicado pelo fato de que a paróquia² possui um programa de rádio, que vai ao ar duas vezes na semana (terças-feiras e sábados) pela rádio Tapejara AM 1530 e um jornal de circulação bimensal em Tapejara³ e Vila Lângaro. O programa radiofônico é feito na sede da emissora e tem uma duração de 15 minutos. Neste tempo, avisos gerais da paróquia, horários de missa e demais eventos são colocados para a comunidade que sintoniza aquela emissora às 11h45min.

O programa é gravado e apresentado pelo pároco Itamar Lavarda ou pelo vigário paroquial Ludgero Mafra e os patrocínios desta veiculação são angariados através de uma intermediação direta entre a emissora, que cede o espaço e as empresas que desejam anunciar. O jornal denominado como Mensageiro Paroquial, é produzido com base em materiais repassados pela Arquidiocese de Passo Fundo e pela própria paróquia. A diagramação do periódico é feita pela empresa Tapejarense Indústria Gráfica, com uma tiragem de cinco mil exemplares. Os custos da impressão e diagramação são bancados pelos anúncios publicitários de empresas locais. Em 2014, além do pároco Itamar Lavarda, que supervisiona as edições do jornal, integram a equipe de produção o vigário paroquial Ludgero Mafra, o advogado Rovilio Tondello e a professora Maristela Tesser Baseggio.

Os avisos e demais mensagens divulgadas no programa de rádio e no jornal também poderiam ser transmitidos através da rádio poste. Com isso, ela seria mais bem aproveitada e sua função, melhor explorada. Da mesma maneira, seria interessante que o processo de

² A Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde de Tapejara está localizada na Rua Ângelo Dalzotto, 734, área central da cidade.

³ Tapejara está situada na região Norte do Rio Grande do Sul. Seu território, que faz divisa com os municípios Água Santa, Charrua, Ibiaçá, Santa Cecília do Sul e Sertão, ocupa uma área de 238,798 quilômetros quadrados e sua população estimada em 2014 é de 21.224 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

produção destes conteúdos fossem analisados, afinal, sua produção poderia ser feita por um profissional da área de comunicação, como é recomendado pelo *Inter Mirífica*. No passado, de acordo com o padre Hélio Marsiglio (2012), estes tipos de informações eram repassadas à comunidade, contudo, com o passar dos anos e sem uma explicação satisfatória, foram desincorporadas da rádio poste, o que mostra um retrocesso em relação à comunicação da igreja com a comunidade local.

Considerações Finais

Analisar as emissões radiofônicas da rádio poste da Igreja Nossa Senhora da Saúde de Tapejara, RS, enriquece a história do município e da comunidade católica. A produção deste estudo mostrou ainda uma realidade desconhecida por muitos, afinal, como citado no interior do capítulo três, este sistema de som já está incorporado ao dia a dia da cidade.

Da mesma maneira, esta experiência mostra como, em tempos de convergência midiática, em que a internet, a televisão e o rádio dominam a preferência da população no que diz respeito a consumo de conteúdos, um sistema de som com a finalidade de divulgar notas de falecimento ainda se mantém ativo, mesmo sendo pouco explorado. Como citado na análise desta monografia, os responsáveis pelo templo religioso poderiam modernizar este sistema e colocar à comunidade, os principais assuntos da comunidade local, assim como eles são produzidos e divulgados no jornal e no programa de rádio, produzidos pela própria paróquia.

No passado, mais precisamente, no início de suas operações em 1957, a rádio poste cumpria com a sua função: divulgar avisos, mensagens e demais assuntos que envolvessem a igreja e a sua comunidade, contudo, esta ação foi perdendo sua essência por questões sem explicação aparente. Este não aproveitamento da rádio poste para a divulgação de informações ou demais mensagens da comunidade católica mostra que este sistema pode ser reestruturado e a voltar a ser incorporada na rotina da população. O apelo histórico é um fator que contribuiria para esta reestruturação, que deveria ser feita em conjunto com profissionais ligados à comunicação social. Desta forma, a igreja católica estaria se comunicando com outros públicos, que não acessam aos demais meios citados anteriormente.

Referências Bibliográficas

BÜTTNER, Lidiane. SANTOS, Paulo Ricardo dos. *Diferença de uma rádio educativa e uma rádio comercial*. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/2540/pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

CAVALCANTE, Anabel & MEDEIROS, Hécio. *Sonorização e TV Maré Mansa uma frequência alternativa*. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19280.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

COELHO NETO, Armando. *Rádio comunitária não é crime, direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso*. São Paulo: Ícone, 2002.

CORAZZA, Helena. MACCARI, Natália. *Paróquia em comunicação: como iniciar a pastoral da comunicação na comunidade paroquial*. São Paulo: Paulinas, 1997. 51 p.

FEITOSA, Carla Valéria da Costa. *Religião e mídia: comunicação e poder*. Disponível em: <http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_46_programas/pdf_46/art13_religiao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

GOBBI, Maria Cristina. PIRES, Paulo Vitor Giralardi. *A comunicação para a cidadania nas memórias dos 50 anos do Concílio Vaticano II*. Disponível em <http://www2.metodista.br/unesco/anaisdaeclesiocom/Trabalhos/21.A%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20cidadania_Paulo%20Giralardi%20e%20Maria%20Gobbi.pdf>. Acesso em 17 out. 2014.

KLEIN, A. *Imagens de culto e imagens da mídia: interferências midiáticas no cenário religioso*. Porto Alegre: Sulina, 2006. 237 p.

LAVARDA, Itamar. Depoimento, 2014

MACHADO, Arlindo. MAGRI, Caio. MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 184 p.

MARSIGLIO, Hélio. Depoimento. 2012.

NEUBERGER, Rachel. *O rádio na era da convergência das mídias*. Cruz das Almas: EDUFRRB, 2012. 164 p.

NEUBERGER, Rachel. *Rádio-Poste no Recôncavo da Bahia: o Papel Comunitário do Serviço em Linha Modulada*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0215-2.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

OLIVEIRA, Margareth de, MICHEL, Jerusa de Oliveira. *Comunicação Comunitária e Cidadania: Resgate da cultura e construção da identidade*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/michel-margareth-jerusa-comunicacao-comunitaria-cidadania.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

PERUZZO, Círcia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 342 p.

PERUZZO, Círcia Krohling. *Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM*. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014a.

PERUZZO, Círcia Krohling. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014b.

PERUZZO, Círcia Krohling. *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2014c.

PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a democratização da comunicação na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1994. 322 p.

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. *Das rádios livres às rádios comunitárias: aspectos históricos*. Disponível em: <http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_48_hist_da_ccao/pdf_48/art_5.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

VATICANO. Inter Mirifica. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html>. Acesso em: 30 out. 2014.